

**“A BEM DA VERDADE”
DISCURSO PATRONAL E LUTA SINDICAL DOS TRABALHADORES
TÊXTEIS EM FORTALEZA (1987-1991)¹**

Francisco Alexandre **Gomes**²

Introdução

Este trabalho integra uma pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)³, onde o foco da investigação se dirige para experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza, entre os anos 1986 e 1991. O objetivo principal da pesquisa é analisar as circunstâncias em que os trabalhadores das duas maiores fábricas de fiação do Estado do Ceará à época – Fiação Nordeste do Brasil (Finobrasa) e Têxtil Bezerra de Menezes (TBM) – atuaram como sujeitos coletivos na construção de greves, como a da TBM em 1986, da Finobrasa em 1988 e a greve geral de 1991.

No presente texto, a ênfase incide sobre os conflitos envolvendo apenas os trabalhadores da fábrica Finobrasa, principalmente, os gerados pela falta de liberdade sindical na empresa. Primeiro, investigo a campanha de sindicalização iniciada em 1987 – os operários da Finobrasa eram proibidos de se filiarem ao Sindicato –, e procuro compreender a importância da sindicalização no processo de organização dos trabalhadores, como por exemplo, na construção da primeira greve realizada na empresa, em maio de 1988.

Em seguida narro as circunstâncias e as consequências da paralisação de 70 por cento dos trabalhadores da Finobrasa no dia 22 de maio de 1991, durante a campanha salarial dos têxteis de Fortaleza e em adesão a greve geral organizada nacionalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A reação da direção da Finobrasa a esta paralisação foi deveras severa e despótica, centenas de operários foram obrigados a se desfiliarem do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza (doravante, Sindicato dos Têxteis), caso contrário, deixariam de ter acesso a

¹ Uma versão preliminar e menor deste texto, sob o título de: “Um fio da meada: experiência e memórias de luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)”, foi publicado nos anais eletrônicos da IX Reunião de Antropologia do Mercosul: culturas, encontros e desigualdades. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 10 a 13 de julho de 2011.

² Universidade Federal do Ceará, Brasil.

³ A pesquisa denomina-se: “Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1986-1991)”, e é orientada pela Professora Dra. Adelaide Gonçalves.

política de “benefícios” da empresa que, dentre outras coisas, possibilitava: compra de gêneros de primeira necessidade e medicamentos com descontos, plano de saúde, auxílio-funeral, material escolar para os filhos e empréstimos com desconto em folha.

O Sindicato vai à fábrica e os trabalhadores ao sindicato

No dia 20 de maio de 1987 houve eleição para diretoria do Sindicato dos Têxteis de Fortaleza, três chapas participaram do pleito, a número 01, encabeçada pelo presidente da entidade à época, Jonas Augusto da Rocha, que estava no cargo há nove anos; a número 02, construída por um grupo oposição sindical, com apoio da CUT; e a número 03, formada por dissidentes da atual diretoria e apoiada pela então prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenelle.

A segunda chapa venceu a eleição e tomou posse no dia seis de julho de 1987 – com a seguinte composição: Antonio Ibiapino da Silva, presidente; Luiz Serafim Alves, vice-presidente; Francisco Antonio Mendonça da Costa, 1º secretário; Roberto Faustino de Sousa, 2º secretário; Oliveira Martins de Sousa, 1º tesoureiro; Leomar Leite Eufrásio, 2º tesoureiro; Francisco Willians Gomes do Nascimento, diretor social; Elenir Rosa de Sousa, Francisco Evangelista da Silva e Maria Bezerra Paulo, primeiro, segundo e terceiro, respectivamente, membros efetivos do conselho fiscal.

A nova diretoria procurou romper com o modelo sindical anterior, e expressou essa posição nos documentos do Sindicato, a exemplo do Livro de assinaturas dos associados, onde se lê: “A partir desta página começa a nova administração tendo a frente: Antonio Ibiapino da Silva. ‘Nossa proposta é reconstruir o Sindicato dos Têxteis em um Sindicato de luta’”. (Sindicato dos Têxteis, 06/07/1987).

Mas, para a pretendida postura diferenciada não ficar apenas no plano retórico, a diretoria buscou apoio em entidades da sociedade civil, a exemplo da CUT, a qual o Sindicato dos Têxteis filiou-se em 25 de outubro de 1987. A CUT havia sido fundada em 28 de agosto de 1983, em um contexto de amplo movimento contra o autoritarismo e na luta pela redemocratização. A criação da central significava um rompimento com os limites da estrutura sindical oficial corporativa existente no Brasil, que proibia a existência de organizações interprofissionais⁴.

⁴ Para maiores informações sobre a fundação da CUT, ver dentre outros: GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

A orientação da CUT era que as direções sindicais buscassem apoio na base, fossem às fábricas, ouvissem os trabalhadores e procurassem negociar a resolução dos problemas diretamente com os patrões, diferentemente do sindicalismo corporativista que distanciado da base encaminhava as reivindicações dos trabalhadores burocraticamente, via Delegacia Regional do Trabalho e Justiça do Trabalho.

Neste sentido, o Sindicato dos Têxteis procurou inserir-se em uma conjuntura de ampliação da luta sindical o que significou sensível mudança na relação entre o Sindicato e a fábrica Finobrasa, maior empresa do setor têxtil no Ceará, à época. Antes mesmo de ser eleito presidente do Sindicato dos Têxteis, Antônio Ibiapino marcava posição ao defender a realização de negociações diretas com os patrões, diferente da diretoria anterior que adotava a negociação mediada pela Justiça do Trabalho, por intermédio dos dissídios coletivos⁵.

Na Finobrasa era negado aos trabalhadores o direito de associação ao Sindicato dos Têxteis. Era uma prática comum da companhia, limitar e proibir a organização sindical dos operários. De acordo com Marcos Antônio Bezerra da Costa⁶, em meados dos anos 1980 os trabalhadores flagrados com materiais referentes ao Sindicato dentro da fábrica, passavam por vários constrangimentos e punições, como advertências, suspensões e demissões.

A direção da empresa proibia a circulação, distribuição e fixação de todo e qualquer tipo de material ligado ao Sindicato, o que era expresso de maneira implícita e explícita no manual de normas ou regulamentos internos da empresa⁷ que definia um modelo padrão de comportamento, além de explicitar as penalidades no caso dos trabalhadores extrapolarem as tolerâncias. No manual se lê: “Deve-se evitar fazer listas, subscrições [...] e é expressamente proibido promover ou participar de manifestações de ordem política, religiosa ou ideológica”. (Finobrasa, s/d: 04). Portanto, a empresa procurava dominar mentes e corações dos trabalhadores, transformando-os em apêndices da máquina sem direito a ter emoções, religião e muito menos ter posições políticas e ideológicas.

Os supervisores eram orientados a comunicar aos operários o risco que corriam se envolvendo com o Sindicato, pois estariam perdendo a oportunidade de ascender

⁵ O POVO, 02/05/1987. p. 12.

⁶ COSTA, Marcos Antonio Bezerra. *Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. (Dissertação de Mestrado em Geografia). p. 127.

⁷ FINOBRASA. *Manual de Integração*. s/d. p. 04.

profissionalmente e, inclusive, poderiam perder o emprego⁸. A despeito das ameaças e das penalidades, alguns trabalhadores não se intimidavam e filiavam-se ao Sindicato, passando a sofrer discriminação dentro da empresa. Várias restrições eram impostas aos sindicalizados: a não concessão de empréstimos, já que este benefício estava ligado ao aval dos supervisores imediatos. Para obter o benefício era necessário ser passivo, obediente e submisso. O trabalhador sindicalizado era considerado desobediente, portanto, desmerecedor do “auxílio” financeiro; também não devia receber ascensão profissional e constantemente recebia punições por escrito. Por fim era demitido, na maioria das vezes na condição de justa causa⁹.

Quem se filiava ao Sindicato era vigiado de perto pelos supervisores e pelos próprios companheiros, que recebiam promessas de promoções e benefícios caso revelassem as ações dos operários sindicalizados. Além da opressão sofrida enquanto trabalhavam na Companhia, quando eram demitidos, os sindicalizados não se livravam da “maldição” da Finobrasa, pois a direção da fábrica repassava informações negativas sobre eles, às demais indústrias têxteis de Fortaleza, o que praticamente excluía aquele trabalhador do setor têxtil¹⁰.

Como dito, após julho de 1987, houve mudanças na estratégia de ação do Sindicato. Dentre elas, buscou-se ampliar o número de sindicalizados e um dos primeiros alvos foram os trabalhadores da Finobrasa. Mas a empresa não abriu espaço para o Sindicato, sendo a porta da fábrica o único local disponível para atividades sindicais, então o Sindicato passou a

[...] ir à porta da fábrica, comprou um carro de som, a cultura de soltar um panfletinho, um jornalzinho todo mês, ou então, com mais frequência, na época de campanha salarial [...].

(Entrevista com Antonio Ibiapino, concedida em: 30/07/2008).

É importante registrar que o interesse pela ampliação do número de sócios a partir de 1987, contrastou com a atitude da diretoria anterior. De acordo com Elizabeth Fiúza Aragão, o presidente do Sindicato até 1987, Jonas Augusto da Rocha, considerava os trabalhadores têxteis de Fortaleza desinteressados pelo Sindicato e a melhor maneira de aumentar o número de trabalhadores sindicalizados seria a criação de uma lei que

⁸ COSTA, Marcos Antonio Bezerra. Op. Cit. p. 127.

⁹ Id., ibidem. p. 128.

¹⁰ Id., ibidem.

obrigasse todos os trabalhadores de determinada categoria a se filiarem ao respectivo Sindicato, evitando assim, “ter que ir atrás dos trabalhadores”¹¹.

Conforme Evania Maria Oliveira¹², após a mudança de direção no Sindicato dos Têxteis, tornou-se comum:

[...] ouvir-se na porta da fábrica o Sindicato com sistema de som, repassar para o operariado análises do sistema de trabalho que enfrentavam, dando subsídios para entendimento da divisão de classes no sistema capitalista, e da escravidão a que eram submetidos, para o enriquecimento de uma pequena minoria da sociedade.
(Severiano, 1989: 20).

A direção da empresa percebeu que a estratégia do Sindicato estava surtindo efeito, e proibiu a realização de atividades sindicais no único local que era disponível ao Sindicato, a porta da fábrica. Como os sindicalistas insistiram nas manifestações, tiveram um carro de som quebrado e os primeiros trabalhadores que aderiram à campanha de sindicalização foram demitidos sumariamente¹³.

A estratégia de mobilização utilizada pelo Sindicato permitiu a construção de uma relação de confiança entre os trabalhadores e o Sindicato. Os discursos e os panfletos na porta da fábrica despertaram a atenção dos operários a ponto deles participarem de reuniões no Sindicato após o término de uma exaustiva jornada de trabalho que era:

[...] de oito horas por dia – turno A, das 6:00 às 14:00 horas; turno B, inicia-se às 14:00 terminando às 22:00 horas; finalmente a turno C, entra às 22:00 e sai às 6:00 horas do dia seguinte –, num regime de cinco dias trabalhados por um de descanso, portanto, são seis dias de trabalho semanais, perfazendo um total de quarenta e oito horas.
(Costa, 2005: 126).

O Sindicato foi ganhando legitimidade junto aos trabalhadores e as reuniões passaram a contar com um número cada vez maior de operários¹⁴. Para Eder Sader, em circunstâncias como estas é possível que se configure,

¹¹ ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *Relações de trabalho na indústria de Fortaleza*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1992. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). p. 127.

¹² SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. *A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1989. (Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social).

¹³ SINDICATO DOS TÊXTEIS. *Histórico do Sindicato*. 05/07/1993.

¹⁴ SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. Op. Cit. p. 20-21.

[...] uma forte coesão interna e um reconhecimento pessoal construído à base da confiança entre seus membros. É a partir dessa sociabilidade primária que seus membros efetuam uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las.
(Sader, 1988: 162)

Segundo Antônio Ibiapino, a luta pela sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa se deu da seguinte forma:

Ao assumir a direção do Sindicato fomos percebendo os problemas. Primeiro, a Finobrasa era a maior empresa do ramo, com aproximadamente três mil trabalhadores e só tinha quinze sócios, então fomos saber por quê? Informaram-nos que a empresa não permitia associação ao Sindicato e que os filiados seriam gradativamente demitidos [...] primeiro nós tratamos de filiar os trabalhadores, isso não foi mérito meu, nem do sindicato somente, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), a Pastoral Operária, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Padre Fernando Ferreira Pinto vigário do Carlito Pamplona e todo o movimento revolucionário da época foi de uma importância tremenda naquela luta. O PRC de forma disciplinada através do centralismo democrático deliberou como meta vencer todos os obstáculos. Então nós trabalhávamos de manhã, de tarde e de noite, fizemos as comissões de fábrica, fizemos os comandos secretos dentro da própria fábrica e tínhamos um forte comando externo representado pela diretoria do Sindicato, esse atuava fora da fábrica. Desse modo em 90 dias nós filiamos 450 trabalhadores, foi um processo de agitação jamais visto neste Estado. Fomos a fábrica e obrigamos eles a receberem todas as filiações, nós nos apoiamos no grande número de sócios, como eles iriam demitir tanta gente.

(Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em: 30/07/2008)

A narrativa apresentada tem um profundo significado na reflexão sobre a experiência dos trabalhadores durante o período. Para Edward Palmer Thompson é necessário verificar o quanto as vivências são indispensáveis para o processo de auto-reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe¹⁵. O relato de Antonio Ibiapino denota o processo de construção de uma luta e também de transformação dos costumes, o que permite pensar nos trabalhadores da Finobrasa se auto-reconhecendo enquanto classe, a partir de suas vivências, no “fazer-se” cotidiano¹⁶.

É importante perceber que o sindicalista insere no processo, instituições da sociedade civil, a exemplo, de partidos políticos, sindicatos e sacerdotes da Igreja Católica em Fortaleza. Também, evidencia a participação e a importância dos trabalhadores da Finobrasa, nas comissões de fábrica e nos comandos secretos dentro da

¹⁵ Entenda-se classe a partir das reflexões de: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa*: a árvore da liberdade. Vol. I. Tradução: Denise Bouttman. 4ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004. Nele o autor destaca o processo de criação de uma cultura de classe através das lutas sociais, do próprio movimento de fazer-se da classe. Esta não é uma categoria, e sim, uma relação. É um processo, a experiência em seu fazer-se.

¹⁶ Id., *ibidem*. p. 09.

fábrica¹⁷. Porém, mesmo fazendo referência a importância desses atores, sua narrativa privilegia o papel do Sindicato, segundo ele, era na diretoria do Sindicato que estava o comando, nítida estratégia de apresentar a instituição como protagonista das ações.

Antônio Ibiapino narra ainda, a dinâmica inicial da campanha de sindicalização e a façanha de conseguir um número significativo de novos sócios – quatrocentos e cinquenta – em apenas três meses, essa quantidade de filiados em um curto espaço de tempo impediu a demissão dos trabalhadores sindicalizados, pois se a empresa fizesse isso, teria suas atividades produtivas prejudicadas.

Menos de um ano após o início do processo de sindicalização, os trabalhadores da Finobrasa realizaram a primeira greve na empresa. A categoria dos trabalhadores têxteis do Estado do Ceará realiza sua campanha salarial no mês de maio. Em 1988 os patrões não cumpriram o que havia sido acordado com o Sindicato dos Têxteis, quando então, os operários foram convocados a ir à greve¹⁸. Nesse período ficou evidente o clima tenso entre o Sindicato dos Têxteis e a classe patronal, principalmente a direção da Finobrasa, a fábrica mais atingida pela greve, pois ficou completamente sem produzir nos primeiros cinco dias da greve¹⁹.

A greve iniciou-se no dia 03 de maio. De acordo com Antônio Ibiapino, em 1988 os trabalhadores da Finobrasa fizeram várias reivindicações, mas elas não foram atendidas, portanto a greve foi deflagrada na Finobrasa porque haviam muitos problemas na empresa, dentre eles:

[...] a demissão por justa causa, falta de equipamentos de proteção individual, liberdade e dignidade no local de trabalho, não recebiam atestado médico, ameaça de todo tipo, e assim por diante. Em maio de 1988 começamos a campanha salarial, fizemos uma grande propaganda pelo fim da justa causa, pela refeição de qualidade, pelos equipamentos de proteção individual de boa qualidade, pelo reconhecimento dos atestados médicos, pelo fim do assédio sexual e moral, na época não se conheciam a palavra assédio moral e sim perseguição, de qualquer modo nós já combatíamos esses abusos. Uma das principais reivindicações era naturalmente o aumento de salário. Na negociação quase todas as reivindicações foram negadas, daí a frustração e a revolta.

(Entrevista com Antonio Ibiapino, concedida em: 30/07/2008)

¹⁷ Neste caso, as comissões de fábrica e os comandos, ambos eram secretos. As comissões tinham que ser secretas, caso contrário, os trabalhadores que participavam deste tipo de organização eram demitidos.

¹⁸ CARNEIRO, Ana Joeline. *Fé e Política: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais). p. 36.

¹⁹ TRIBUNA DO CEARÁ. 11/08/1988. p. 11.

A agenda de reivindicações dos grevistas constava dos seguintes pontos: acréscimo de vinte por cento de ganho real em cima dos cem por cento de IPC, adicional de três por cento de produtividade, ganho adicional de insalubridade e periculosidade, fim das demissões por justa causa na condição de faltas, equipamento de proteção, fim do trabalho aos domingos. Portanto, uma pauta que inclui a demanda por reajuste salarial, acompanhada, de outras reivindicações, como as concernentes às condições de trabalho, ou aquelas que se referiam aos direitos garantidos por dispositivos legais, mas desrespeitados pelos patrões.

Inicialmente a greve teve adesão maciça dos trabalhadores. Como afirma Tarcísio Araújo:

Paramos geral [...] começamos a greve às dez da noite. Tem a turma que entra dez da noite e sai seis da manhã, essa turma não entrou. A turma que entrava as dez, ficou cem por cento fora. Quando chegou a turma que entrava às seis da manhã, o pessoal também não entrou. As duas ficaram cem por cento paradas. A turma que entrava duas da tarde, também ninguém entrou. Então os três turnos ficaram parados. Eu sei que passou os cinco primeiros dias assim. Ai com cinco dias começaram a furar a greve. O pessoal fura greve, você sabe o que é furar greve? É voltar a trabalhar. Mas os cinco dias foi cem por cento de paralisação. Não entrava ninguém, aqueles que queriam entrar, a gente não deixava.

(Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em: 21/07/2008).

A existência dos “fura-greve”, não foi suficiente para amenizar o alto grau de agitação e a força de mobilização dos trabalhadores paredistas, pelo menos nos momentos iniciais²⁰. Nos primeiros cinco dias, a greve teve cem por cento de adesão dos trabalhadores; pela primeira vez, a fábrica paralisou completamente, desde que iniciara as atividades produtivas em 1973. A paralisação modificou a rotina na Finobrasa, inclusive dos que não concordavam integralmente com o movimento, a exemplo de João Batista, para quem a

[...] participação na greve era mais assim de, não vou dizer de apoio, mas era apoio, era realmente apoio porque eu não ia trabalhar. Nunca fui. No período todinho eu fiquei de fora. Mesmo sem fazer aqueles movimento, assim de passeata, essas coisas, a única passeata que eu fiz, foi da Igreja de São Judas até a 24 de Maio, que a gente foi para fazer um movimento lá em frente, foi o único que eu fiz, mas eu ia todo dia na igreja, assim para saber os assuntos, como tava acontecendo, informação até de quem furava a greve, isso aquilo outro [...] Porque na minha turma mesmo, teve colega meu que era na minha mesma situação, não era muito a favor e tal, esse

²⁰ SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH: história e ética*. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009

peçoal não furou a greve e quando foram voltar ao trabalho, esse peçoal foi demitido. Rapaz, eu acho que foi importante, mas teve alguém que pagou, por isso.
(Entrevista com João Batista, concedida em: 02/08/2008).

Na época da greve, João Batista estava há oito anos trabalhando na fábrica. Em seu relato firma a importância do movimento e deixa claro que mesmo não apoiando diretamente, participou assiduamente da greve, pois não foi trabalhar em nenhum dos 23 dias. Todos os dias “batia ponto” na Igreja de São Judas Tadeu, transformada em local de concentração dos grevistas. Sua restrição a greve refere-se à demissão dos colegas²¹, preço pago por alguns trabalhadores, inclusive pelos que não concordavam com o movimento paredista. Em certo sentido a interpretação que João Batista faz da greve, remete ao que afirma o antropólogo Gilberto Velho, para este último “[...] um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham”. (Velho, 1999: 41).

Depois de dezenove dias de paralisação, quatro trabalhadores entraram em “greve de fome”, uma forma de pressão contra a morosidade das negociações. Houve perseguição, violência e repressão policial. Mas houve também, manifestações de apoio e solidariedade da parte de vários setores militantes socialmente engajados em Fortaleza. A greve dos têxteis da Finobrasa envolveu diversos segmentos como religiosos e políticos, expressando em níveis e formas diversas sua solidariedade: declarações na imprensa em repúdio à violência, apoio logístico e simbólico, participação nas passeatas e atos públicos, doação de objetos para o fundo de greve, alimentação aos grevistas e suas famílias durante o período em que os “braços ficaram cruzados”, entre outras ações.

Após várias tentativas frustradas de acordos, a greve chegou ao fim na tarde do dia 25 de maio. No dia 26 os trabalhadores retomavam a vida na fábrica. O movimento alcançou algumas conquistas: a não decretação de ilegalidade da greve, o pagamento dos dias parados (porém, descontados gradativamente em folha durante 03 meses), percentual de cinco por cento de produtividade, reajuste de 47 por cento do salário bruto, estabilidade de cinco meses para gestantes, além disso, questões como: adicional de insalubridade e periculosidade no trabalho, adicional noturno, entre outras, foram temas de debate em comissão paritária.

²¹ De acordo com Ana Joeline Carneiro, cerca de 800 trabalhadores foram demitidos pela Finobrasa, após o fim da greve. Ver: CARNEIRO, Ana Joeline. Op. Cit., p. 40.

Pode-se afirmar que a sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa foi fundamental na construção da primeira greve realizada na empresa, pois contribuiu bastante na organização dos trabalhadores. Esta greve representou um marco na trajetória, não apenas dos trabalhadores da referida fábrica, mas de toda a categoria têxtil no Estado do Ceará. Um momento em que diversos sujeitos com suas respectivas experiências, articularam-se em torno de interesses comuns e plurais, mas acima de tudo em oposição a outros homens que tinham interesses contrastantes dos seus.

Para Edward Thompson a experiência de classe está relacionada com a experiência de produção em que os homens nasceram ou entraram voluntariamente ou não. Já a consciência de classe é a forma como esses homens articulam a sua experiência de classe em termos culturais: “tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”. A experiência pode ser determinada à consciência não²². Neste sentido, o processo de sindicalização e a greve de 1988 foi fundamental para construção da consciência de classe dos têxteis da Finobrasa.

As lutas dos trabalhadores da Finobrasa no final dos anos 1980 fizeram parte de um contexto, onde o sindicalismo consolidou-se como ator social importante no cenário nacional, tanto na defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, como na sua participação na luta pela democratização da sociedade brasileira e pela redução das desigualdades sociais. Àquela época, milhares de trabalhadores realizaram mobilizações pelo Brasil. Como aponta Marco Aurélio Santana, os anos de 1980 foram marcados,

[...] pela ascensão do movimento dos trabalhadores e sua reaparição na cena política nacional. Em pleno período de esgotamento do regime militar e início da redemocratização, com sua articulação nacional de norte a sul do país em centrais sindicais, e um sem número de greves – locais e nacionais, específicas e gerais –, abrangendo categorias as mais diversas, pode-se dizer que política e organizativamente, essa foi uma ‘década sindical’, numa dinâmica de transição democrática, reorganização e mobilização da sociedade brasileira em geral.

(Santana, 2004: 02).

Outro ponto importante é que os indicadores sindicais foram alterados para cima – tais como a taxa de sindicalização, que passou de 13% no final dos anos 1970 para 32% dos trabalhadores formais no final dos anos 1980²³. A inclusão dos trabalhadores da Finobrasa nesta estatística não se deu de forma amistosa, mas foi bem sucedida, tanto

²² THOMPSON. Edward Palmer. Op. Cit. p. 10.

²³ OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Brasil: sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório Social, 2004. p. 16.

que em 1989, dois anos após o início da campanha de sindicalização e um ano após a primeira greve na empresa, dos 2.300 operários da Finobrasa, 1.600 eram filiados ao Sindicato dos Têxteis²⁴. Além disso, na apuração dos votos da eleição para diretoria do Sindicato que se realizou no dia 18 de julho de 1990, constatou-se o seguinte:

Mesa Coletora nº 01, instalada na fábrica Têxtil Bezerra de Menezes S/A, aptos a votar, 74 associados e que votaram 25, sendo que de tais votos 02 foram em separados, inexistentes votos em brancos e nulos, tendo a chapa 1 obtido 12 votos e chapa 02, treze votos. Mesa Coletora nº 02 instalada na Fábrica Santa Inês, aptos a votar, 356 associados e que votaram 215, que de tais votos 19 foram em separados, 23 foram nulos e 03 em branco. Tendo a chapa 01 obtido 183 votos e a chapa 02, dezessete votos. Mesa Coletora nº 03, instalada na Fábrica Fiação Jangadeiro, aptos a votar, 40 e que votaram 21, sendo que de tais votos um (01) foi em separado, inexistente votos brancos e nulos, tendo a chapa 01 obtido 13 votos e a chapa 02, oito votos. Mesa Coletora nº04, instalada na fábrica Santa Cecília, aptos a votar, 547 associados e que votaram 397, sendo que de tais votos 27 foram em separados, 03 foram em branco e 08 foram nulos, tendo a chapa 01 obtido 346 votos e a chapa 02 obteve 40 votos. Mesa Coletora nº 05, instalada na Fábrica Master Tecidos Plásticos S/A, aptos a votar, 28 associados e que votaram 24, inexistentes votos em separado, brancos e nulos, tendo a chapa 01, obtido 18 votos e a chapa 02, obteve 05 votos. Mesa Coletora nº 06, instalada na Fábrica Incontex Têxtil Com. Ind. LTDA, aptos a votar, 94 associados e que votaram 66, inexistente votos em separado, brancos e nulos, tendo obtido a chapa 01, obtido 64 e votos e a chapa 02, obteve 02 votos. Mesa Coletora nº 07, que era itinerante, aptos a votar, 126 associados e que votaram 105, sendo que de tais votos 04 foram em separados, 06 foram nulos e 03 foram brancos, tendo a chapa 01, obtido 59 votos e a chapa 02, obteve 37 votos. Mesa Coletora nº 08, instalada na Fábrica Thomaz Pompeu Fia. Tec. S/A, aptos a votar, 490 associados, e que votaram 365, sendo que de tais votos 16 foram em separado, 03 foram em branco e 07 foram nulos, tendo a chapa 01, obtido 329 votos e chapa 02, obteve 26. Mesa Coletora nº 09, instalada na sede do Sindicato, aptos a votar 38 associados, e que votaram 08, sendo que tais votos foram nulos, inexistentes votos em branco e em separado, não tendo obtido ambas as chapas, votos nesta urna. *Mesa Coletora nº 10, instalada na Fábrica Fiação Nordeste do Brasil S/A, aptos a votar, 684 associados e que votaram 339, que de tais votos 06 foram em separados, 03 foram nulos e 05 em branco, tendo a chapa 01 obtido 320 votos e a chapa 02, obteve onze votos.* Concluído a contagem dos votos contidos nas dez urnas apuradas, foi constatado que a chapa 01 obteve 1.334 votos e que a chapa 02 obteve 159 votos. Houve ainda, 15 votos em branco e 41 nulos²⁵.

(Sindicato dos Têxteis, 19/07/1990). (Grifos meus).

Portanto, a Finobrasa era a fábrica onde existia o maior número de sindicalizados aptos a votar, um total de 684. O documento revela, também, que na Finobrasa, a chapa situacionista encabeçada por Antonio Ibiapino, recebeu a terceira maior votação dentre todas as mesas coletoras. Dos 1.334 votos que a chapa número 01 recebeu, 320 foi de trabalhadores da Finobrasa. Isto, sem contar os possíveis votos de

²⁴ SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. *A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1989. (Trabalho de conclusão de Curso em Serviço Social). p. 29.

²⁵ SINDICATO DOS TÊXTEIS. *Ata geral de apuração de eleição*. 19/07/1990.

operários que estavam de folga no dia 18 de julho e que podem ter votado na mesa coletora itinerante. Tais fatos evidenciam o sucesso do processo de sindicalização na empresa.

“A bem da verdade”

Se o contexto de redemocratização do final dos anos 1980 favoreceu a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da Finobrasa e a relação de forças entre trabalhadores e empresa passou a pender um pouco mais a favor daqueles, principalmente, após a participação direta do Sindicato dos Têxteis que mudou a forma de luta sindical a partir do momento em que uma nova diretoria tomou posse em julho em 1987, logo no início da década seguinte, uma investida conservadora da empresa veio por em xeque as conquistas dos trabalhadores.

Em 1991, o Sindicato dos Têxteis estava realizando a campanha salarial da categoria, dentre as atividades programadas estava à adesão a greve geral organizada em nível nacional pela CUT. Em matéria publicada no jornal Tribuna do Ceará, é possível perceber os preparativos da paralisação:

O trabalho de divulgação da greve geral está sendo executado em diversos bairros como: Antônio Bezerra, Carlito Pamplona, Messejana, Distrito Industrial, Castelão e Dias Macêdo [...] Algumas categorias já decidiram que irão paralisar suas atividades durante a greve geral [...] Segundo Antônio Ortins, Presidente da CUT – CE, afirmam aderir ao movimento os têxteis, trabalhadores das indústrias de confecções, metalúrgicos, previdenciários e ecetistas. Os telefônicos e várias outras categorias farão assembléias para discutir se participam ou não do movimento. Ortins informou ainda que ‘está sendo bastante difícil organizar os trabalhadores porque o medo das demissões e da repressão é verificado na maioria’.

(Tribuna do Ceará, 17/05/1991: 10).

A adesão dos têxteis, referida por Antônio Ortins, pode ser confirmada quando se examina a Ata da assembléia realizada no Sindicato dos Têxteis em 21 de abril de 1991, dentre os pontos discutidos, à preparação para greve geral, programada para o mês de maio ganhou relevo. A assembléia foi convocada de forma extraordinária com o objetivo:

[...] de discutir os principais itens acerca da minuta de reivindicações e ao mesmo tempo conscientizar os trabalhadores na preparação da campanha salarial de 1991 e também a *preparação da greve geral organizada pela Central Única dos Trabalhadores* e ainda a comemoração do dia dos têxteis de Fortaleza.

(Sindicato dos Têxteis, 21/04/1991). (Grifos meus).

A data base para o reajuste salarial dos trabalhadores têxteis é o dia primeiro de maio. Em 1991 as negociações com os patrões começaram no início desse mês, mas se alongaram até o período da greve geral. O principal impasse era de natureza econômica os trabalhadores exigiam um aumento de 75 por cento, mas os patrões assinalavam com um aumento de no máximo 45 por cento.

No dia 21 de maio, véspera da greve geral, os trabalhadores têxteis fizeram uma manifestação em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), onde também se localizava a sede do Sindicato das Indústrias Têxteis do Ceará (Sinditêxtil patronal). Os manifestantes fecharam a Avenida Barão de Studart, apresentando cartazes e dizendo palavra de ordem, enquanto uma comissão participava da quinta rodada de negociações com os patrões. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste o sindicalista Waldemir Catanho afirmou que “[...] se continuar o impasse a greve deverá sair logo” (Diário do Nordeste, 22/05/1991: 14).

Em entrevista concedida ao jornal Diário do Nordeste, o vice-presidente do Sindicato dos Têxteis, Luís Pinheiro, afirmou que como não houve acordo entre o Sindicato e os patrões:

[...] a categoria decidiu começar a paralisação a partir das 21 horas de ontem (21/05/1991), em todas as empresas têxteis, começando pela Fiação Nordeste do Brasil (Finobrasa), bem como as empresas do Grupo Unitêxtil, fiação e tecelagem, Tomás Pompeu, Fiação Jangadeiro, Ceará têxtil, entre outras. Durante os dias paralisados haverá aglomerações principalmente nas portas das fábricas para uma maior conscientização do movimento.

(Diário do Nordeste, 22/05/1991: 14). (Grifos meus).

Como programado, nos dias 22 e 23 de maio de 1991 houve a paralisação nacional e em Fortaleza. No setor têxtil a primeira fábrica a paralisar seria a Finobrasa, inclusive antes do início da greve em nível nacional. De acordo com entrevista de Antônio Ibiapino concedida ao jornal Tribuna do Ceará, cerca de 70 por cento dos trabalhadores, de alguns setores da Finobrasa aderiram ao movimento grevista no dia 22, primeiro dia da greve geral, porém, no dia 23 nenhum trabalhador havia paralisado as atividades. Para o sindicalista, este fato era mais uma demonstração da opressão que os trabalhadores daquela empresa comumente eram vítimas²⁶.

²⁶ Tribuna do Ceará, 24/05/1991. p. 10.

Mesmo com a adesão parcial dos trabalhadores e apenas no primeiro dia da greve, a reação da Finobrasa foi imediata. Os supervisores da Companhia comunicaram aos operários que a data limite para eles se desfilarem do Sindicato era o dia 1º de julho, caso não o fizessem, perderiam todos os benefícios que ela “oferecia” aos trabalhadores. Dentre os benefícios estava a compra de gêneros de primeira necessidade na cooperativa da empresa com 40 por cento de desconto; compra de medicamentos nas farmácias conveniadas, também com descontos e pagamento descontado em folha; acesso a atendimento médico-odontológico pelo plano de saúde; auxílio funeral; material escolar para os filhos; empréstimos com pagamentos divididos em até quatro parcelas, entre outros.

Os acontecimentos referentes aos desdobramentos da adesão dos trabalhadores da Finobrasa a greve geral de 1991 são narrados em histórico produzido pelo Sindicato dos Têxteis em 1993:

Em 1991 fizemos uma forte campanha salarial na qual conquistamos um piso profissional indexado ao salário mínimo, nunca podendo ser inferior ao valor deste mais 27%. A campanha salarial culminou com a greve geral de 22 e 23 de maio onde tivemos uma boa participação com a paralisação de setores da empresa. Este fato deixou a empresa indignada, adotando como retaliação a campanha de desfiliação em massa dos associados de nosso sindicato.

Em meados de junho de 91 os supervisores de produção da fábrica passaram a reunir os operários e comunicá-los de que tinham até o dia 1º de julho de 91 para se desfilarem de nosso sindicato e que por ordem da direção da empresa aqueles que assim não procedessem seriam apenados com: a) proibição de compra na cooperativa da empresa onde os empregados tinham descontos de 40% na compra de gêneros de primeira necessidade; b) proibição de compras na farmácia conveniada com a empresa onde trabalhadores adquiriam medicamentos com pagamento em folha; c) acesso a assistência médica-odontológica privada pela UNIMED cancelado; d) não recebimento de material escolar distribuído gratuitamente pela empresa; e) não liberação de empréstimos que a empresa fazia sem juros ou correção monetária em até 4 parcelas.

Além dessas sanções a empresa deixou claro que poderia haver demissões daqueles que não se desfilassem até 1º de julho.

As desfiliações foram feitas no próprio setor pessoal da empresa. Lá chegando os trabalhadores encontravam uma ficha padronizada, feita pela empresa, onde o associado colocava apenas sua assinatura e a Finobrasa é quem se encarregava de levar cópias dessas fichas ao nosso sindicato. Temos em nossos arquivos 789 (setecentos e oitenta e nove) dessas fichas e esse foi o número de trabalhadores que se desfilaram do sindicato naquele primeiro momento.

Estamos enviando anexo a esse documento cópias dessas fichas, inclusive de associados que se desfilaram na empresa e estão pagando de forma autônoma, numa prova de que a desfiliação foi forçada. Segue também, uma lista com os nomes e as datas de desfiliação dos companheiros da Finobrasa, a mesma que enviamos à Polícia Federal. Observem o período em que ocorreu as desfiliações, logo em seguida à greve geral, nos meses de junho, julho e agosto.

Ao longo do tempo as desfiliações continuaram, mas não mais na empresa e sim no próprio sindicato, onde os trabalhadores passaram a ser obrigados a vir, pois não aguentavam a pressão da fábrica.

(Sindicato dos Têxteis, 05/07/1993).

De acordo com o documento, devido à ameaça, somente nos três primeiros meses após a greve geral, quase 800 trabalhadores se desfiliam do Sindicato. Tendo em vista o fato, o Sindicato foi para porta da fábrica com carro de som, dizendo palavras de ordem e orientando os trabalhadores a destruírem a sede da cooperativa, símbolo da dominação que a empresa exercia sobre os trabalhadores, por meio da política de benefícios.

Segundo Evania Maria Oliveira²⁷, quando da deflagração da greve, de 1988, a direção da empresa não acreditava no poder mobilizador do Sindicato e pouco fez para atender as reivindicações, mesmo diante da iminência de uma paralisação. Porém, em 1991, as coisas foram diferentes, a empresa já conhecia a importância política do movimento sindical, então procurou minar a atuação do Sindicato, desqualificando a imagem do mesmo perante os operários, por meio de um comunicado:

FINOBRASA – Fiação Nordeste do Brasil S/A.
Fortaleza, 03 de julho de 1991.

COMUNICADO
A BEM DA VERDADE

Prezados funcionários:

Hoje, mais uma vez, estamos com a presença do sindicato dos trabalhadores na porta de nossa empresa, fazendo declarações inverídicas insuflando aos nossos trabalhadores para que eles depredem a cooperativa, um patrimônio que é reconhecido dos trabalhadores. Diante desse fato sentimos-nos na obrigação de questionar e informar alguns pontos que visam esclarecer quem está agindo de forma honesta e proveitosa para o trabalhador.

1. A empresa estranha tal atitude, uma vez que até o presente momento não foi procurada para um entendimento maduro e esclarecedor.
2. A empresa em nenhum momento agiu contra o trabalhador, pelo contrário, sempre com espontaneidade trabalha na busca de melhores condições de vida para todos. A prova está nos benefícios que mantém e que lhe custam cerca de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) por mês. A participação do trabalhador nesse custo chega a valores insignificantes, senão vejamos: refeitório, Cr\$ 0,10; Unimed, Cr\$ 1,71; cooperativa, Cr\$ 0,0; outros Cr\$ 0,0; total = Cr\$ 1,81.
3. O sindicato, conforme folha do estatuto anexo, deve prestar assistência ao trabalhador sindicalizado, e para tal cobra Cr\$ 340,00 por mês. Entretanto, o mesmo para fugir de suas responsabilidades estatutárias evita dar conhecimento dessas obrigações a seus filiados. Inclusive negando que o mesmo se encontra em vigor. Mais grave ainda é que esses recursos que deveriam ser aplicados em benefício do associado, o mesmo vem sendo desviado para outras atividades de cunho político-

²⁷ SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. Op. Cit. p. 21.

eleitoral e para, como estão fazendo agora, perturbar e prejudicar esses mesmos trabalhadores, dos quais se diz protetor.

4. Todos os benefícios oferecidos pela empresa (cooperativa, Unimed, aux. funeral, empréstimo, aux. doença, bolsa de estudo, material escolar e outros) são para nós encarados como patrimônio do trabalhador. Entretanto o sindicato não vê desta forma, pois hoje está ameaçando invadir a cooperativa para quebrar suas instalações e destruir as mercadorias. Diante desta ameaça e para preservar o patrimônio e a integridade física dos trabalhadores a empresa se vê obrigada a suspender o funcionamento da cooperativa permanecendo fechada até vermos a garantia de que ela não será invadida.

5. Lamentamos profundamente que tudo isso esteja acontecendo, quando o momento pelo qual passa a Nação exige diálogo e entendimento. Mas fiquem tranquilo nossos trabalhadores que a FINOBRASA tudo fará para garantir a continuidade da concessão de seus benefícios e a manutenção do bom relacionamento com seus trabalhadores, apesar das atitudes contrárias e esse pensamento desenvolvido pelo sindicato laboral.

Atenciosamente,
Diretoria.

(Finobrasa, 03/07/1991).

O comunicado foi uma maneira encontrada pela direção da Companhia para “falar” diretamente aos trabalhadores, e o título: “A bem da verdade” denuncia que o mesmo se embasa em um argumento de natureza moral, ou seja, a verdade está com a empresa e a mentira com o Sindicato. Além disso, busca obscurecer a linguagem classista. Ao denominar os operários de “prezados funcionários”, a empresa procura mostrar que na Finobrasa todos são iguais, típico exemplo de paternalismo patronal, que se caracteriza dentre outros aspectos pela aparente diminuição da hierarquia nas relações de trabalho e, em alguns casos, por uma tênue barreira entre trabalhadores e patrões²⁸.

A cooperativa, local onde os trabalhadores tinham acesso a política de benefícios da empresa – de acordo com estudos como os de José Sergio Leite Lopes²⁹ e de Paulo Fontes³⁰, a concessão de benefícios aos trabalhadores por parte das empresas constitui-se em um trunfo empresarial fundamental para os momentos em que é necessário legitimar a dominação³¹–, pelo discurso patronal deixa de ser um mecanismo de dominação para se transformar em um patrimônio dos trabalhadores.

²⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

²⁹ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

³⁰ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

³¹ Id., *ibidem.*, p. 70.

No informativo, é possível ler, também, que a Finobrasa fazia um grande investimento para manter os benefícios, sendo que para os trabalhadores, isso implicava em quase nenhum ônus. Numa nítida estratégia de apresentar os benefícios como dádivas que deveriam ser agradecidas pelos trabalhadores, através da fidelidade e da obediência.

A empresa recorre ao discurso da filantropia, prática comum no mundo do trabalho desde os primórdios da Revolução Industrial. A diferença é que as concessões aos trabalhadores em determinadas contingências históricas eram personalizadas, ou seja, eram benevolências pessoais dos patrões, numa prática denominada por E. P. Thompson de teatralização das relações sociais de dominação, tendo como base o contexto das relações entre Patrícios e Plebeus na Inglaterra do século XVIII³² e analisadas no Brasil, dentre outros, por José Sérgio Leite Lopes³³, na Companhia de Tecidos Paulista (CTP), em Pernambuco.

Já na Finobrasa, o paternalismo assume outra faceta, ou seja, não é uma pessoa que doa os benefícios, é a empresa que ao gastar Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzados) por mês, prove os trabalhadores com os benefícios. Os serviços disponibilizados pela Finobrasa são institucionalizados. Neste sentido, os benefícios não advinham da bondade pessoal do patrão, mas da política social da empresa. O discurso patronal na Finobrasa é despersonalizado e institucionalizado. Mesmo tratando de um período anterior ao desta pesquisa, Barbara Weinstein³⁴ faz afirmações que remetem ao que aparece no discurso patronal na Finobrasa:

[...] enquanto as firmas têxteis mais antigas apresentavam os serviços sociais como frutos da benevolência e da caridade do proprietário e identificavam tais benefícios com a figura do patrão, as firmas mais novas os apresentavam como símbolo das vantagens de trabalhar numa empresa industrial moderna e progressista. Significativamente, as firmas mais novas deixavam esses serviços a cargo dos departamentos de pessoal, que os administravam de forma racional e impessoal.

(Weinstein, 2000: 41).

O documento expedido pela Finobrasa relata que os trabalhadores filiados ao Sindicato pagavam uma taxa muito alta, e o pior não tinham nenhum retorno, já que os

³² THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³³ LOPES, José Sérgio Leite. Op. Cit.

³⁴ WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez, 2000.

recursos do Sindicato eram utilizados para realização de “[...] atividades de cunho político-eleitoral e para, como estão fazendo agora, perturbar e prejudicar esses mesmos trabalhadores dos quais se diz protetor”. (Finobrasa, 03/07/1991). Para Eder Sader atitudes como a tomada pela Finobrasa expressam o despotismo da classe empresarial que costuma “[...] pulverizar os trabalhadores, aguçando os mecanismos de concorrência entre eles, de abandono de qualquer veleidade de resistência sindical e de integração às políticas patronais”. (Sader, 1988: 74).

Tal atitude chega ao extremo, pois a empresa, anexa ao comunicado, um trecho do antigo estatuto do Sindicato em que são conferidas funções assistencialistas a entidade:

ANEXO
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E
TECELAGEM DE FORTALEZA FUNDADO EM 04 DE ABRIL DE 1933
RECONHECIMENTO DA CARTA PELO MINISTRO DE ESTADO DOS
NEGÓCIOS DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 14 DE AGOSTO
DE 1942

- ➡ Art. 3º. – São deveres do Sindicato:
- a) – Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
 - ➡ b) – Manter serviços de assistência médica hospitalar, assistência médica odontológica, assistência jurídica;
 - c) – Promover a conciliação nos dissídios coletivos de trabalho;
 - d) – Promover fundação de cooperativas de consumo e de créditos para os associados;
 - e) – Fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.
- ➡ Art. 4º. – São condições para o funcionamento do Sindicato:
- a) – Observância das leis e dos princípios de normas moral e compreensão dos deveres cívicos; – Abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais, mas também de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;
 - b) – Inexistência do exercício de cargos eletivos cumulativos com os empregos remunerados pelo sindicato ou por entidade de grau superior;
 - c) – Na sede do sindicato, encotrar-se-á, segundo modelo aprovado pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO, um livro de registro de associados, autenticada pela autoridade competente em matéria trabalhista e do qual deverá constar, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabelecimento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva carteira de trabalho e previdência social, número de inscrição na instituição previdenciária a que pertence;
 - d) – Gratuidade do exercício dos cargos eletivos, para os quais foram eleitos como diretores da referida entidade, ressalvada a hipótese de afastamento das atividades operacionais, para exercer a função de dirigente sindical.
- (Sindicato dos Têxteis, s/d). (Marcações e grifos no original).

Conforme o comunicado patronal, a função assistencialista do Sindicato estava sendo descumprida, e a alegativa da instituição era que o estatuto invocado pela empresa não estava mais em vigor. “A bem da verdade”, o Sindicato tinha razão, pois

desde 18 de fevereiro de 1990 havia sido aprovado um novo Estatuto³⁵, que não excluía a função assistencialista da entidade, mas definia finalidades, deveres e condições de funcionamento diferentes dos colocados no antigo Estatuto anexado ao comunicado.

Para concluir de maneira magistral o discurso patronal expresso no comunicado, a empresa joga a responsabilidade do fechamento da cooperativa para o Sindicato, era em virtude da irresponsabilidade, imaturidade da entidade que a cooperativa estava sendo interdita. A culpa era do Sindicato, o mal a ser expurgado e enquanto sua liderança continuasse ameaçando o patrimônio e a integridade física dos trabalhadores a cooperativa permaneceria fechada, mas a empresa faria todos os esforços possíveis para que a cooperativa reabrisse o mais rápido possível, para isso, os trabalhadores deveriam ficar do lado da empresa e abandonar qualquer vínculo com o Sindicato.

O que se percebe na leitura do documento é que a direção da Finobrasa usa o trunfo da política de benefícios, para impor sua vontade e esfacelar a organização dos trabalhadores. Por meio do comunicado a Finobrasa dizia aos operários o seguinte: uma empresa que vende alimentos e remédios mais baratos, empresta dinheiro, auxilia na doença e na morte e inclusive promove a educação dos filhos dos trabalhadores não pode ser contrariada, questionada, a verdade estava com ela e continuar apoiando o Sindicato seria como uma traição a quem provia os trabalhadores com tantas benfeitorias.

Portanto, enquanto acontecia a profissionalização da prática assistencial na empresa, um rigoroso sistema coercitivo, com padrões de comportamento e aplicação de penalidades aos desobedientes também foi organizado. Prova disso, é que o trabalhador que continuasse sindicalizado teria os benefícios cortados, bem como poderia ser demitido a qualquer momento. Ao mesmo tempo em que estruturou um modelo assistencial avançado para os padrões empresariais do Ceará à época, com o propósito de suprir todas as necessidades de seus trabalhadores – em compensação buscava controlar todos os aspectos da vida do operário, desde a educação dos seus filhos, até a sua alimentação dentro e fora da fábrica, entre outros –, as relações de trabalho eram marcadas pelo autoritarismo.

³⁵ SINDICATO DOS TÊXTEIS. *Estatuto do Sindicato*. 18/02/1990.

Conclusão

Os conflitos e tensões na Finobrasa fizeram parte de um contexto de luta por direitos civis e políticos, inclusão social e melhores condições de vida e trabalho. Lutas que tinham se tornado mais visíveis, desde o final dos anos 1970, com o surgimento de grupos ativistas e militantes de causas como ecologia, mulheres, indígenas, homossexuais, ao lado do “ressurgimento” dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais e a luta pela reforma agrária³⁶. Naquela época o cotidiano dos brasileiros tornou-se permeado de vozes, músicas, reuniões, encontros, greves e repressão, enfim, um processo complexo, alimentado pela crença em um país melhor para todos³⁷.

De acordo com a análise procedida, na proporção em que a relação entre o Sindicato dos Têxteis e os trabalhadores da Finobrasa foi se estreitando, os conflitos na empresa tornaram-se mais expressivos e acirrados. A partir do momento em que a diretoria eleita em maio 1987 tomou posse e mudou a prática de luta sindical os conflitos, em decorrência da inexistência de liberdade sindical dos trabalhadores da Finobrasa, passaram a ocorrer constantemente.

Referências

- ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *Relações de trabalho na indústria de Fortaleza*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1992. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- CARNEIRO, Ana Joeline. *Fé e Política: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais).
- COSTA, Marcos Antonio Bezerra. *Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. (Dissertação de mestrado em Geografia).
- FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

³⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

³⁷ SALES, Telma Bessa. Op. Cit.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALES, Telma Bessa. “Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias”. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH: história e ética*. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Memórias de aço: trabalho e luta na fala dos metalúrgicos do Sul fluminense. Volta Redonda nos anos 1980”. In: *Anais do XI Encontro Regional de História – Anpuh-Rio: democracia & conflito*. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2004.
- SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. *A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1989. (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social).
- THOMPSON. Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. I. Tradução: Denise Bottman. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez, 2000.

Documentos

- DIÁRIO DO NORDESTE. 22/05/1991.
- Entrevista com Antônio Ibiapino da Silva, concedida em: 30/07/2008.
- Entrevista com João Batista da Silva, concedida em: 02/08/2008.
- Entrevista com Tarcísio Araújo do Nascimento, concedida em: 21/07/2008.
- FINOBRASA. *Manual de Integração*. s/d.
- _____. *A bem da verdade*. 03/07/1991.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Brasil: sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório Social, 2004.
- O POVO. 02/05/1987.
- SINDICATO DOS TÊXTEIS. *Ata de assembléia*. 21/04/1991.
- _____. *Ata geral de apuração de eleição*. 19/07/1990.
- _____. *Estatuto do Sindicato*. s/d.
- _____. *Estatuto do Sindicato*. 18/02/1990.
- _____. *Histórico do Sindicato*. 05/07/1993.
- _____. *Livro de assinaturas dos associados*. 06/07/1987.
- _____. *Relatório do Sindicato*. 26/06/1991.
- TRIBUNA DO CEARÁ. 11/08/1988 e 17/05/1991.

Recebido em: 27/04/2012

Aprovado em: 25/06/2012